

Lava Jato: não há doação a partido: há lavagem de dinheiro do estado para campanha política

claudio_tognolli

Claudio Tognolli

29 de junho de 2015

O populacho em geral não se tocou de uma coisa: na Operação Lava Jato não investiga doação....nenhuma!!! O que há simplesmente é lavagem de dinheiro do estado para campanha política, via empreiteiro.

Você anda lendo por aí todos os dias novidades sobre o tema, tão novidadeiras que em apenas 24 horas já ficam velhas.

Na semana passada, por exemplo, lemos que mensagens interceptadas pela Polícia Federal entre executivos da construtora OAS, (integram o processo contra a Odebrecht e a Andrade Gutierrez), detalham o esquema de lobby e indício de tráfico de influência do ex-presidente Lula em países da África e da América Latina. A 14ª fase da Operação Lava levou Marcelo Odebrecht e Otavio Azevedo para o xilindró.

O lobista dos encontros foi Franklin Martins, que no governo Lula, sobretudo, notabilizou-se em arrumar patrocínios para mídias do “campo social” em troca de pautá-las. E olha que pautava: diária, militar e pontualmente: tudo no esquema brasuca “nhonhô paga, caboclo faz”.

Martins chegou a pautar um site “progressista” para que este publicasse mentiras para “tentar levar a Revista Veja para a CPI do Cachoeira”...

Não me importa se as construtoras pagaram o Instituto FHC, o Instituto Lula ou o Instituto da Gazeta de Panificação de

Ubatuba, do Zé das Couves.

O estado de coisas é esse porque o Brasil não regula o lobby. As empreiteiras compram até amor verdadeiro porque o lobby aqui é solto, como gado à maneira bíblica.

Teríamos uma solução. É o Projeto de Lei 1202, de 2007, que versa sobre “Defesa de Interesses”. Estipula identificar quem são os grupos de pressão interessados em certo tema, com quais parlamentares e onde vão ser feitas, à mais pública das luzes, as reuniões para tratar de interesses.

O projeto inclusive estabelece que a Controladoria-Geral da União deverá ser a entidade que receberá os registros e dará as credenciais para lobistas que vão atuar nas instâncias do Poder Executivo. Assim como vigente nos EUA, Inglaterra, França e México, o projeto, parado, determina quem não pode ser lobista: “pessoas tenham, nos doze meses anteriores ao requerimento, exercido cargo público efetivo ou em comissão em cujo exercício tenham participado, direta ou indiretamente, da produção da proposição legislativa objeto de sua intervenção profissional”.

Curiosamente proposto pelo PT e pelo partido tocado, o projeto foi enterrado de vez em 2013. [Acompanhe](#) os petistas presentes ao enterro do ser que geraram.

Lá nos EUA o lobby ou grupo de pressão funciona bem porque todo mundo sabe quem faz o que. E, seja no Congresso ou na Suprema Corte dos EUA, lobista é obrigado a entrar com crachá de lobista.

Agora em 2014 o progressista *The Nation* publicou que há nos EUA 12,281 lobistas registrados. Mas, como nem tudo são flores, desde 2002 há uma onda de lobistas ilegais no país. O analista James Thurber indica que já há 100 mil lobistas ilegais nos EUA movimentando US\$ 9 bilhões ao

ano. O caso em que tais forças mais gastaram dinheiro data de 1973, e tratou da legalização do aborto: é o caso [Roe v. Wade](#)

Institucionalmente, qualquer beletista, de direito ou de jornalismo, aprende no primeiro ano de faculdade nos EUA que deve ser respeitado o texto 10 de O Federalista, do “founding father” James Madison: o lobby legalizado é muito bem vindo porque representa uma facção. “Movida por poucos, tomados do impulso da paixão e do interesse, a facção não traz risco porque vai ser contrabalançada pelos interesses de outras facções”, escreveu Madison.

Vejam vocês o que a transparência faz: o escritório de advocacia Holland & Knight anunciou, orgulhoso, que somente em 2001 ganhou US\$ 13.9 milhões com atividades de lobistas legais. Grupos religiosos gastam em média nos EUA US\$ 400 milhões com lobistas que defendem seus temas.

Interessa a todos os partidos e empreiteiras e políticos que o lobby siga nas sombras.